Ao longo das últimas décadas, muitos jornais desapareceram em Portugal. Com eles, encerraram-se redações, perderam-se empregos e calaram-se vozes que, durante anos, desempenharam um papel fundamental na construção do espaço público e no exercício da cidadania. O desaparecimento progressivo da imprensa escrita levanta inúmeras questões: Quais as causas profundas desse fenómeno? Que impactos tem para a democracia? E, sobretudo, haverá futuro para o jornalismo em Portugal?

Durante grande parte do século XX, os jornais desempenharam um papel insubstituível na vida democrática portuguesa, especialmente após o 25 de Abril de 1974. Títulos como *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Expresso* e *A Capital* consolidaram-se como referências nacionais. Paralelamente, jornais regionais e locais contribuíram decisivamente para a coesão territorial e o pluralismo informativo. Contudo, a partir da virada do milénio, assistiu-se a um movimento de encerramento progressivo de publicações. O caso do jornal *O Independente*, fundado em 1988 e encerrado em 2006, simboliza esse processo. Reconhecido pelo seu jornalismo de investigação e pela postura crítica perante o poder político, *O Independente* tornou-se um marco do jornalismo português nas décadas de 1980 e 1990. O seu desaparecimento ilustra um momento-chave na crise da imprensa portuguesa, marcada por dificuldades financeiras, quebra de tiragens e incapacidade de adaptação ao novo ecossistema digital (Silva, 2018).

A principal causa apontada para o desaparecimento dos jornais impressos é, sem dúvida, a ascensão da internet e a revolução digital que transformou profundamente os hábitos de consumo de informação. A digitalização dos conteúdos noticiosos levou os leitores a migrarem para plataformas online, onde o acesso gratuito à informação passou a ser a norma. Esta migração resultou numa queda acentuada nas vendas em banca e nas assinaturas de jornais impressos, provocando um colapso económico que afetou diretamente a sustentabilidade das redações tradicionais (Cardoso & Pereira, 2021). Simultaneamente, as receitas publicitárias, tradicionalmente responsáveis por sustentar financeiramente os jornais, migraram quase por completo para plataformas tecnológicas como Google e Facebook. Estas empresas passaram a dominar o mercado publicitário, recolhendo uma fatia substancial das verbas que antes eram destinadas aos meios de comunicação tradicionais (Anderson, Bell & Shirky, 2016). Essa transição gerou um desequilíbrio económico que as redações não conseguiram contornar a tempo, acelerando o seu declínio.

Outro fator determinante foi a mudança no perfil do leitor. As novas gerações passaram a

consumir informação de forma rápida, fragmentada e superficial, privilegiando conteúdos audiovisuais, redes sociais e notícias em tempo real. Esta mutação cultural chocou com o modelo tradicional da imprensa escrita, que depende de leituras mais longas, análises aprofundadas e um tempo de produção mais lento. Além disto, muitos jornais não conseguiram adaptar-se tecnicamente às exigências do novo ambiente digital, quer por falta de investimento, quer por resistência organizacional. Em paralelo, a concentração dos meios de comunicação em grandes grupos económicos trouxe consequências negativas. Em Portugal, a consolidação de grupos mediáticos levou a uma homogeneização de conteúdos e a uma crescente dependência de interesses empresariais alheios à missão informativa do jornalismo. Muitos títulos perderam autonomia editorial, tornando-se vulneráveis a pressões económicas e políticas, o que prejudicou a confiança dos leitores e a relevância social das publicações.

O desaparecimento dos jornais não é apenas uma questão económica ou tecnológica; é também um problema social e cultural. A imprensa escrita tem sido, historicamente, uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania, o escrutínio do poder e o fortalecimento da democracia. A sua erosão compromete o acesso à informação qualificada, verificável e plural, o que favorece o crescimento da desinformação, das fake news e da polarização discursiva (Habermas, 2006). Além disso, o encerramento de redações representa a perda de memória coletiva. Muitos destes jornais possuíam arquivos valiosos e desempenhavam o papel de cronistas da vida social, política e cultural das suas regiões. Com o seu desaparecimento, perdem-se testemunhos, documentos e vozes que dificilmente serão recuperados, empobrecendo a diversidade de narrativas no espaço público.

Também o impacto no emprego jornalístico é significativo. O declínio da imprensa escrita levou à redução de postos de trabalho nas redações, ao aumento da precarização e à intensificação de regimes de trabalho freelance e por peça. Muitos profissionais experientes foram dispensados ou migraram para outras áreas, enquanto os que permanecem enfrentam condições laborais cada vez mais difíceis. Esta instabilidade compromete não apenas a qualidade da informação produzida, mas também a liberdade e a independência dos jornalistas no exercício das suas funções.

O caso de *O Independente* é emblemático, mas não único. A imprensa regional portuguesa também sofreu fortemente com este processo. Títulos como *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal do Fundão* ou *A Capital* encerraram ao longo das últimas duas décadas.

Estes jornais desempenhavam funções cruciais nas comunidades locais: informavam sobre a vida política municipal, divulgavam eventos culturais e desportivos, fiscalizavam o poder local e davam voz a atores sociais geralmente ausentes da agenda nacional. Com o seu desaparecimento, muitas regiões do país ficaram privadas de meios informativos próximos, o que acentuou a centralização mediática e o défice de representação territorial. Além disto, a imprensa regional era frequentemente um espaço de iniciação profissional para jovens jornalistas e uma escola de práticas jornalísticas próximas da comunidade.

Apesar do cenário adverso, há sinais de resistência e reinvenção. Alguns projetos independentes têm apostado em modelos digitais, financiamento colaborativo e jornalismo de investigação com forte componente ética e social. Plataformas como *Fumaça*, *Divergente* ou *Setenta e Quatro* têm demonstrado que é possível produzir jornalismo de qualidade fora das grandes estruturas mediáticas, ainda que com recursos limitados. Estas iniciativas exploram novos formatos, como podcasts, newsletters e reportagens longas, e têm conquistado audiências jovens, interessadas em conteúdos aprofundados e engajados com causas sociais.

Adicionalmente, cresce o debate sobre o papel do Estado no apoio ao jornalismo. Em vários países europeus, foram criados fundos públicos para financiar jornalismo de interesse público, promover a diversidade mediática e apoiar redações locais e independentes. Em Portugal, este debate ainda está em fase inicial, mas torna-se cada vez mais urgente refletir sobre mecanismos de apoio que garantam a pluralidade e a qualidade da informação, sem comprometer a independência editorial. A literacia mediática surge também como uma ferramenta essencial. Numa era marcada pela sobrecarga de informação e pela proliferação de fontes não confiáveis, é fundamental capacitar os cidadãos para o consumo crítico da informação, incentivando práticas de verificação, cruzamento de fontes e análise contextual.

O jornalismo tem um papel insubstituível na manutenção de uma esfera pública informada, racional e democrática. O desaparecimento dos jornais escritos não pode ser encarado como uma fatalidade, mas como um sinal de alerta para a necessidade de repensar os modelos de produção e distribuição de informação. A imprensa escrita talvez não volte a ter o protagonismo que teve no século XX, mas o jornalismo, enquanto prática social e serviço público, continua a ser essencial para a democracia.

Conclui-se, portanto, que o declínio da imprensa escrita em Portugal não se deve apenas à

inevitabilidade tecnológica, mas resulta de uma combinação de fatores económicos, culturais, políticos e institucionais. O desaparecimento de jornais como *O Independente* representa mais do que o fim de um produto editorial; representa a perda de um espaço de liberdade, de crítica e de cidadania. Preservar o jornalismo de qualidade é um imperativo democrático, e isso implica responsabilidade partilhada entre jornalistas, leitores, Estado e sociedade civil.

Referências Bibliográficas

Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2016). *Post-industrial journalism: Adapting to the present*. Columbia Journalism School.

Cardoso, G., & Pereira, L. (2021). *Jornalismo e transformação digital: Desafios e caminhos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Habermas, J. (2006). *The public sphere: An encyclopedia article (1964)*. In M. G. Durham & D. M. Kellner (Eds.), *Media and cultural studies: Keyworks* (pp. 73–78). Wiley-Blackwell.

Silva, R. (2018). *Crise no papel: A imprensa portuguesa no século XXI*. Porto: Porto Editora.

Tavares, M. (2008). *O Independente: História e influência no jornalismo político em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.